

Democratizar a informação para disputar a cidade: a Geração Cidadã de Dados e o enfrentamento das desigualdades nos serviços públicos urbanos

Tainá Farias da Silva Maciel¹

Resumo simples:

O fenômeno da dataficação tem provocado mudanças significativas nos modelos de governança das cidades, especialmente na gestão dos serviços públicos. Embora sistemas automatizados prometam eficácia e eficiência, eles frequentemente reforçam desigualdades e exclusões, afetando populações vulnerabilizadas. Nesse contexto, emergem iniciativas populares, como a Geração Cidadã de Dados (GCD), movimento brasileiro que utiliza tecnologias de coleta e monitoramento territorial para ampliar a participação social e disputar por políticas públicas.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar como essas práticas ativistas podem operar como instrumentos de justiça socioespacial, que ampliem a participação democrática e a incidência política. Para isso, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Os resultados preliminares indicam que o movimento da GCD desafia modelos hegemônicos de gestão, produzindo visibilidades alternativas e promovendo a reapropriação social do espaço, além de valorizar saberes tradicionais, atuando como estratégia de enfrentamento às desigualdades nos serviços públicos urbanos.

Resumo expandido:

A intensificação dos processos de dataficação do cotidiano urbano, que consiste na transformação sistemática de práticas e relações sociais em dados quantificáveis e processáveis por sistemas digitais (Van Dijck, 2017), tem provocado mudanças profundas nos modelos de gestão urbana. Cada vez mais, esses modelos se apoiam em ferramentas e estratégias orientadas por dados automatizados e algorítmicos, como *dashboards* (painéis),

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Email: contato.tainafarias@gmail.com.

dispositivos de monitoramento e avaliação, sistemas de georreferenciamento, sensores de IoT e plataformas digitais, com o objetivo de promover a eficiência da gestão e a otimização da prestação de serviços públicos.

A difusão de sistemas automatizados de coleta, monitoramento e análise de dados, frequentemente justificada por promessas de modernização e aumento da eficácia, pode gerar subtrações, opacidades e distorções que afetam de forma desproporcional populações historicamente marginalizadas. Processos como a expropriação dos dados (Zuboff, 2021; Shaw & Graham, 2017), a acumulação por plataformas (Srniczek, 2018), a intensificação da vigilância (Lyon, 2015) e os vieses algorítmicos (O'Neil, 2021) tornam evidente que os dados são instrumentos de poder e mediação social, capazes de moldar decisões, consolidar assimetrias e influenciar diretamente os rumos da justiça social (Dencik; Sanchez-Monedero, 2022). Longe de serem neutros ou meramente técnicos, os dados carregam consigo visões de mundo, escolhas políticas e interesses específicos, e sua aplicação em políticas públicas pode tanto reproduzir desigualdades estruturais quanto abrir brechas para novas formas de exclusão, especialmente quando desvinculada das realidades locais e das necessidades das populações vulnerabilizadas.

Diante dos impactos gerados por esse modelo dominante de gestão dataficada, que tende a reforçar desigualdades, obscurecer responsabilidades públicas e excluir saberes locais, diversas iniciativas populares têm emergido como formas de contestação e criação de alternativas sociotécnicas que tensionam o discurso tecnocrático e propõem práticas alternativas de produção e uso de dados. Apropriando-se de aparatos tecnológicos e mobilizando saberes territoriais, esses grupos formulam contranarrativas tecnopolíticas que não apenas denunciam as desigualdades produzidas pelas governanças algorítmicas, mas também reivindicam direitos e constroem formas coletivas de ação política.

Entre esses movimentos destaca-se a Geração Cidadã de Dados (GCD), uma articulação brasileira formada por grupos e organizações da sociedade civil que utilizam tecnologias de coleta e monitoramento territorial para reivindicar participação ativa nos processos decisórios e disputar o acesso às políticas públicas por meio da produção de novos dados e narrativas. Inspirada no conceito de *Citizen-Generated Data* (CGD), desenvolvido no Norte Global para incentivar esforços comunitários de geração, análise e mobilização de dados, a GCD adquire no Brasil características próprias. A partir do território do Rio de Janeiro, marcado por segregações socioespaciais históricas, o movimento vem consolidando práticas de produção de dados feitas do território para o território, tendo como cerne a ampliação da participação popular e a disputa por uma gestão urbana mais justa e inclusiva.

Dessa forma, esta pesquisa parte da hipótese de que as iniciativas de Geração Cidadã de Dados podem contribuir para ampliar os espaços de participação social, ao configurar novos arranjos entre Estado, sociedade e tecnologia que abram caminhos para uma participação democrática mais substantiva no país.

O **objetivo** é investigar como essas práticas ativistas podem operar como instrumentos de promoção de uma justiça socioespacial. A proposta busca compreender de que forma a articulação comunitária em torno da geração e uso de dados pode atuar como mecanismo de incidência política e indução de políticas públicas, especialmente em contextos nos quais a ação do Estado depende de uma produção informacional qualificada, territorializada e sensível às desigualdades.

Para este trabalho, adotou-se uma **abordagem** qualitativa, composta por entrevistas semiestruturadas com atores-chave, com o objetivo de explorar diferentes perspectivas sobre a concepção, implementação e impactos do projeto de Geração Cidadã de Dados. Além disso, será utilizada a técnica de análise documental, abrangendo o exame de documentos oficiais, bases cartográficas, relatórios, textos impressos e digitais, tabelas estatísticas, materiais audiovisuais (filmes, vídeos e podcasts), entre outros.

Os **resultados preliminares** indicam que, ao tensionar os modelos hegemônicos de gestão urbana, essas iniciativas não apenas produzem visibilidades alternativas, mas também desafiam a própria gramática tecnocrática da datificação, reconfigurando o lugar dos dados na luta por direitos e reconhecimento. Observou-se que há semelhanças nas reivindicações e metodologias adotadas pelos grupos de GCD, sobretudo no que diz respeito à contestação das ausências ou incongruências nos dados disponíveis sobre seus territórios. Além disso, identificou-se que a coleta e o monitoramento popular atuam não apenas como ferramentas de proteção dos territórios, mas também como formas de reapropriação social do espaço e de valorização dos saberes tradicionais.

Referências:

DENCIK, Lina; SANCHEZ-MONEDERO, Javier. Data justice. **Internet Policy Review**, v. 11, n. 1, 2022.

LYON, David. **Surveillance after Snowden**. Cambridge: Polity Press, 2015.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**. São Paulo: Editora Rua do Sabão, 2021.

SHAW, Joe; GRAHAM, Mark. An informational right to the city? Code, content, control, and the urbanization of information. **Antipode**, v. 49, n. 4, p. 907-927, 2017.

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. São Paulo: Caja Negra, 2018.

VAN DIJCK, José. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 39-59, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.